


## DELIBERAÇÃO

\_\_\_ **4.16 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2018 E INVENTÁRIO – Aprovação.** A Câmara Municipal **deliberou por maioria** com quatro votos a favor e dois votos contra dos Senhores Vereadores Dr. Abel Baptista e Dr.<sup>a</sup> Maria João Sousa aprovar a prestação de contas do ano 2018 e inventário. Mais **deliberou por unanimidade** remeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. Os Senhores Vereadores Dr. Abel Baptista e Dr.<sup>a</sup> Maria João Sousa apresentaram declaração de voto, que se anexa à presente ata, como documento número um e se considera como fazendo parte integrante da mesma. \_\_\_

Reunião de Câmara Municipal de 12 de abril de 2019,

A CHEFE DE DIVISÃO/DAF,



Sofia Velho/Dra.

## DECLARAÇÃO DE VOTO

*(Declaração de voto sobre o ponto 4.16 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2018 E INVENTÁRIO – Reunião de Câmara de 12 de abril de 2019)*

Os documentos de prestação de contas, referentes ao ano 2018, vieram confirmar a nossa posição tomada a quando da apresentação do Plano de Atividades e Orçamento, bem como as PPI, em dezembro de 2017.

Então dissemos que o documento era uma “fraude política” porque não havia nenhuma linha estratégica, visão, tratava-se de um documento sem planeamento, sem um fio condutor virado para as pessoas.

O que se verifica agora é que da receita orçamentada de 36 218 000€, apenas se executou 29 681 151€, ou seja menos 6 585 849, sendo que o descalabro é nas receitas de capital, onde o desvio, face ao orçamento é de menos 7 132 017€, ou seja no que depende do trabalho de candidaturas, apresentação de projetos para arrecadar receita que viabilizem investimentos tivemos uma total apatia, mesmo preguiça ou até desinteresse por parte dos membros deste executivo com funções a tempo inteiro. Aqui fica evidente como não existe nenhum planeamento, nenhuma linha estratégica, nenhuma linha estratégica, nenhuma visão.

Preocupante, mesmo muito preocupante, é o facto de continuarem a executar despesas de capital com um nível de despesa de 8 302 446€, quando as receitas de capital se ficam pelos 3 799 455€, ou seja com um *deficit* de 4 502 991€, como estamos a financiar despesa de capital com receita corrente e a aumentar assustadoramente a despesa corrente, como a seguir iremos falar, estamos a trilhar um caminho perigoso. Qualquer administrador minimamente informado procuraria, até à exaustão, obter financiamento, fosse ele comunitário, nacional ou de parceria, para realizar os investimentos e também deveriam ser equacionados novas formas de rentabilizar o património. Todas as rubricas da receita de capital desceram, não foram só as “transferências de capital”, diminuiu a “venda de bens de investimento” (-63 370€) Os “ativos financeiros” (-3 431€) “outras receitas de capital” (-653 349€) tudo isto indica uma falta de capacidade de gestão, ou uma gestão sem controlo, critérios e objetivos.

Mas se os membros do executivo com funções a tempo inteiro não foram lesto na procura de receitas, foram capazes de aumentar a despesa corrente de 15 398 715€ orçamentada inicialmente para 20 616 545€ executada, mas reduzem a despesa de capital de 20 819 285€ para uma execução de apenas 8 302 446€ (menos de metade do que no ano anterior) mais uma fraude política, pois está a crescer de forma assustadora a despesa corrente e a diminuir drasticamente a despesa de capital, o investimento, aquilo que deveria ser o foco do executivo, reforçar as condições de funcionamento da economia não se faz investimento, continuamos apenas a apostar nas feiras, feirinhas, festas e festinhas.

Na despesa corrente só os custos com pessoal aumentaram 552 287€ comparando com o ano de 2017 e não foi para valorização salarial das carreiras, mas sobretudo por um

aumento de 50 trabalhadores, sobretudo assistentes operacionais, mais 44. Como no documento nada refere sobre este aumento de trabalhadores ficamos sem saber se são trabalhadores necessários aos serviços ou se estamos a admitir trabalhadores em número superior ao necessário.

Verifica-se ainda um aumento da dívida do Município a terceiros no valor de 147 851, face ao ano anterior, num total de 3 441 079€

Como atrás já referimos a gestão dos imóveis municipais não está a ser corretamente feita, senão vejamos: em 2018 o valor de rendimento de imóveis foi de 1 034 911€, o que face ao ano anterior foi apenas uma atualização de 10 456€, o que significa que apenas se operou uma atualização de 1,01%, ou seja, nem se operou a atualização das rendas referente a esse ano que era de 1,12%, ora o património carece de melhor gestão o que, manifestamente, boa gestão não é o apanágio dos titulares deste executivo com funções atribuídas.

Ora pelo que dissemos, em especial, pelo aumento da despesa corrente, diminuição das receitas de capital, falta de gestão do património, aumento significativo de encargos com pessoal, estas contas merecem a nossa reprovação política e a nossa discordância pela fraude que são para os munícipes Limianos.

Pelo que fica dito votamos contra.

Ponte de Lima, 12 de abril de 2019.

Os Vereadores de Ponte de Lima Minha Terra – PLMT

Abel Baptista

Maria João Sousa